



## CRISE ECONÔMICA E ASCENDÊNCIA DA EXTREMA DIREITA NA ITÁLIA E NA FRANÇA

Artur Bispo Dos Santos Neto<sup>1</sup>

### Resumo

O presente texto tem como propósito apreender a capilaridade dos fundamentos que sustentam as vicissitudes do fenômeno sociopolítico relacionado à “extrema direita” nos tempos hodiernos; particularmente, como se dá o crescimento das siglas partidárias “Reagrupamento Nacional” (França) e “Irmãos de Itália” (*Fratelli d'Italia*). A análise crítica da peculiaridade dos elementos que sustentam as metamorfoses dessas duas organizações tem seu ponto de inflexão na apreensão dos aspectos que servem de manifestação da crise econômica e da injeção das políticas de austeridade da União Europeia. Isso denota que a ascendência da extrema direita não se plasma como uma exclusividade do velho continente europeu, mas como fenômeno de natureza abrangente e universal, como o próprio capital. A abordagem de natureza bibliográfica e documental é corroborada pelas contribuições teóricas de Marcelo Musto (2016), István Mészáros (2011), R. Paxton (2007), Carla Brandalise (2005), Caetano de Souza (2024), Emílio Gennari (2024), M. Narcizo (2019), entre outros.

**Palavras-chave:** Neofascismo; “Reagrupamento Nacional” (RN); “Irmãos de Itália”; austeridade econômica.

### ECONOMIC CRISIS AND THE RISE OF THE FAR-RIGHT IN ITALY AND FRANCE

### Abstract

This text aims to understand the widespread foundations that underpin the vicissitudes of the sociopolitical phenomenon related to the “far-right” in contemporary times; particularly, the growth of the political parties “National Rally” (France) and “Brothers of Italy” (*Fratelli d'Italia*). The critical analysis of the peculiar elements that support the metamorphoses of these two organizations finds its turning point in the understanding of aspects that manifest the economic crisis and the imposition of austerity policies by the European Union. This indicates that the rise of the far-right is not exclusive to the old European continent but is a phenomenon of a broad and universal nature, like capital itself. The bibliographical and documentary approach is supported by the theoretical contributions of Marcelo Musto (2016), István Mészáros (2011), R. Paxton (2007), Carla Brandalise (2005), Caetano de Souza (2024), Emílio Gennari (2024), M. Narcizo (2019), among others.

**Keywords:** Neo-fascism; “National Rally” (RN); “Brothers of Italy”; economic austerity.

Artigo recebido em: 17/08/2025 Aprovado em: 30/04/2025  
DOI: <https://dx.doi.org/10.18764/2178-2865v29n1.2025.3>

<sup>1</sup> Graduação em Filosofia. Doutorado em Letras e Linguística (UFAL). Mestre em Filosofia (UFPE). Professor do Curso de Filosofia. Programa de Pós-Graduação de Serviço Social. E-mail: arturbisponeto@gmail.com

## 1 INTRODUÇÃO

O aprofundamento da crise socioeconômica tem servido como argamassa essencial para a eclosão dos novos partidos políticos da direita e extrema direita populista, nacionalista, neonazista e neofascista nos tempos hodiernos. Essas agremiações têm eclodido de forma poderosa em distintas partes do mundo, concentrando seu discurso não somente na pauta de costumes e nas prescrições moralistas de natureza conservadora (racismo, xenofobismo), mas também na aparente contraposição ao *establishment* responsável pelo aprofundamento do desemprego, da insegurança e da imigração no cenário europeu.

O presente artigo concentra sua atenção no entendimento da anatomia das extremas direitas na Europa, mas especificamente em sua forma de manifestação na França e na Itália. Assinala-se que a revitalização das forças de extremas direitas nos países da União Europeia União (UE) não se configura como um fenômeno isolado, senão como um movimento de alcance abrangente e profundamente articulado à crise sistêmica do modo de produção capitalista.

Cumprir-se para a essencialidade dos fundamentos que forjam a ascendência do fenômeno sociopolítico relacionado às “extremas direitas” na contemporaneidade; particularmente, como se dá a ascendência das siglas partidárias de extrema direita nas eleições sucedidas na UE, tais como “Reagrupamento Nacional” (RN) na França e “Irmãos de Itália”, mediante sua articulação com o papel predominante desempenhado pelo complexo econômico.

No entendimento de Souza (2020), o desenvolvimento da extrema direita europeia pode ser compreendido em quatro ondas. A primeira emerge na fase imediatamente posterior ao término da Segunda Guerra Mundial, cujo foco central era contrapor-se diretamente aos valores da esquerda e da social-democracia. A partir de 1955 começou a segunda onda, marcada pelo populismo, que vigorou até 1980 (Souza, 2020). A terceira onda está relacionada ao combate ao desemprego e resulta da aplicação das medidas neoliberais – o problema central se consubstanciava na presença dos imigrantes estrangeiros na Europa. Por fim, a quarta onda está vinculada diretamente à crise econômica de 2008 e à “crise dos refugiados”, em que cumpre obstar a entrada na Europa dos indivíduos afetados pelas guerras no Oriente Médio e na África (Souza, 2020).

O eixo estruturante do desenvolvimento deste texto versa sobre a elucidação dos aspectos que sustentaram o crescimento da extrema direita na fase posterior à crise econômica norte-americana de 2007-2008, enquanto manifestação fenomênica de esgarçamento e saturação das contradições inerentes ao sistema do capital e escancara o aprofundamento dos seus limites para resolver os problemas fundamentais da humanidade, porquanto as receitas apresentadas pelos

organismos internacionais estão longe de promover a estabilidade anunciada. É no bojo do adensamento das contradições sistêmicas do capital que a extrema direita se propõe paradoxalmente como alternativa apaziguadora do *status quo*, tentando atenuar sua essencialidade grotesca e monstruosa.

## 2 A CRISE DA ZONA DO EURO E A NECESSIDADE DAS POLÍTICAS DE AUSTERIDADE

A crise que acometeu a economia norte-americana entre 2007-2008 reverberou na União Europeia e desencadeou uma onda recessiva global, pois as hipotecas dos imóveis de financiamentos de riscos não ficaram restritas ao seu sistema financeiro, mas contaminaram os mercados do mundo inteiro pela mediação da securitização, dos derivativos etc. As dívidas contraídas por devedores de baixo poder aquisitivo e com possibilidade de calote foram transformadas em títulos, que comprados e vendidos nas formas de *commodities*, impactaram em escala crescente os mercados internacionais.

O problema revelou-se no principal agente financeiro do mercado de securitização de hipotecas, o banco norte-americano Bear Sterns, que foi resgatado pelo banco JP Morgan no começo de 2008. No entanto, o principal resgate foi realizado pelo governo de G. W. Bush, que lançou um pacote inicial de mais de 100 bilhões de dólares para obstar a falência Fannie Mae e Freddie Mac, as maiores instituições envolvidas no mercado de hipotecas imobiliárias. A salvação, entretanto, não foi possível para o banco Lehman Brothers, a quarta instituição financeira de país, com uma dívida que ultrapassava a casa dos 600 bilhões de dólares. Para impedir que o mesmo acontecesse com o Merrill Lynch, este foi incorporado pelo Bank of America (BBC, 2021).

Na Grã-Bretanha, os efeitos da crise dos *subprimes* norte-americanos originalmente se evidenciaram no banco Northern Rock, principal agenciador das referidas hipotecas do setor imobiliário norte-americano, que requereu um resgate financeiro do Banco da Inglaterra, culminando na nacionalização do Northern Rock em fevereiro de 2008. No entanto, a crise norte-americana se agudizou no mercado inglês, obrigando o governo a promover um pacote de resgate e nacionalização dos bancos do país na ordem de 700 bilhões de dólares e ainda injetou mais de 200 bilhões de euros, mediante a recompra antecipada dos títulos de sua dívida acumulada nos bancos. Desse modo, somente o governo da Inglaterra injetou mais de 1 trilhão de dólares para salvar os bancos da orgia que eles mesmo promoveram.

Já os países da Zona do Euro tentaram obstruir o movimento de falência e *default* dos bancos mediante um auxílio de mais de 200 milhões de euros no final de 2008. Essa constelação de auxílios e resgates colaborou para a queda de 4,25% do PIB do Reino Unido e de 4,5% dos países da Zona do Euro, em 2009; já o PIB *per capita* global caiu 2,9% (BBC, 2021).

A onda recessiva promovida pelas grandes instituições financeiras arrastou consigo as economias de todo o mundo, sobretudo as economias dos países periféricos da União Europeia que participaram da operação de resgate das empresas e instituições financeiras “grandes demais para falir” (*too big to fail*). Após serem salvas da falência, essas mesmas instituições passaram a determinar a política econômica que seria adotada pelos Estados nacionais que literalmente faliram.

A causa fundamental da falência dos estados europeus tinha sido promovida pelas instituições financeiras; estas impuseram uma série de restrições para operacionalizar os programas de resgate (*bailout programs*): i) Hungria (2008-11); ii) Letônia (2008-11); iii) Romênia (2009-15), três operações de resgate; iv) Grécia (2010-2018), também três operações de resgate; v) Irlanda (2010-2013); vi) Portugal (2011-14); vii) Chipre (2011-16), duas operações de resgate; viii) Espanha (2012-13) (Musto, 2016, p. 1).

O resultado dessas operações foi a completa subordinação às recomendações e na imposição das políticas de austeridade impostas pela Troika<sup>1</sup> (o Banco Central Europeu, a Comissão Europeia e o Fundo Monetário Internacional), com uma forte contração do desenvolvimento econômico e o aumento substancial das taxas de trabalhadores desempregados – equivalente somente ao período da grande depressão econômica, na fase precedente à Segunda Guerra Mundial. Os percentuais entre 2007 e 2014 passaram “de 8,4% para 26,5% na Grécia, de 8,2% para 24,5% na Espanha, de 6,1% para 12,7% na Itália e de 9,1% para 14,1% em Portugal” (Musto, 2016, p. 1). Entre os mais jovens, essas taxas alcançaram os patamares de “24,1% na França, 34,7% em Portugal, 42,7% na Itália, 52,4% na Grécia e 53,2% na Espanha” (Musto, 2016, p. 1).

A assinatura do denominado “fiscal compact”, em 2013, implicou que cada país signatário estava obrigado a adotar a política fiscal e financeira estabelecida pelo Tratado de Maastricht em 1993. Isso resultaria numa nova forma de controle da dívida pública, que deveria estacionar em 60% do PIB nas próximas décadas; no entanto, a medida de endividamento das economias, em 2014, era de 92%; na Alemanha, essa dívida chegava a 74,4%, enquanto no Reino Unido estava em 89,4%, na Bélgica, 106,5%, em Portugal, 130,2%, na Itália, 132%, e na Grécia, 177% de seu PIB estavam comprometidos com o pagamento da dívida pública (Musto, 2016).

Apesar dos plebiscitos realizados na França (2005), na Holanda (2005) e na Irlanda (2008) contra o Tratado de Maastricht, os governos liberais tanto de direita como de esquerda foram pressionados e acabaram adotando as políticas de austeridade representadas pela Troika e sua completa submissão aos imperativos do imperialismo norte-americano, o que representou um completo desmonte do sistema de proteção social para os trabalhadores ativos e inativos.

Para efetivar as políticas de austeridade que interessavam ao grande capital, tecnocratas como Lucas Papademos (Grécia) e Mario Monti (Itália) foram nomeados como primeiros-ministros sem

passar por qualquer espécie de escrutínio popular. Entretanto, o retorno da prevalência da escolha popular dos dirigentes políticos em nada alterou o périplo determinado pela Troika (Musto, 2016). A inserção das economias europeias na nova forma da mundialização, pela mediação do Tratado de Maastricht e da Troika, resultou na completa desregulamentação de seus mercados internos, privilegiando o sistema financeiro e os poderosos aglomerados empresariais, especialmente aqueles situados no eixo Alemanha-França.

O ônus pelos socorros prestados aos grandes banqueiros e empresários foi lançado nas costas dos trabalhadores europeus. O remédio que serviu para salvar as instituições financeiras da falência denota a verdadeira natureza do Estado, ou seja, que este se constitui como parte inerente da estrutura de comando do capital sobre o trabalho. Por isso o Estado assumiu as dívidas dos banqueiros, transferindo-as para a classe trabalhadora. Assim, o poder público que salva os banqueiros não tem a mesma preocupação em salvar os trabalhadores do desemprego, do pauperismo e da falência. Para agraciar os banqueiros, o Estado passou a operacionalizar, pela mediação de distintos governos, a política de austeridade que interessava ao grande capital europeu e norte-americano.

É na perspectiva de assegurar a continuidade das políticas de austeridade que interessam ao grande capital, que a extrema direita europeia emergiu no seio dos movimentos sociais de protestos contra o desemprego e a perda dos direitos socioeconômicos da classe trabalhadora. Para isso, a extrema direita precisou reconfigurar sua plataforma ideológica, na perspectiva de ampliar sua influência no interior das massas abandonadas pelo poder público e lançadas à própria sorte pelos partidos tradicionais.

### **3 CARACTERIZAÇÃO SUMÁRIA DA “EXTREMA DIREITA” E DA ESQUERDA EUROPEIA**

A crise de natureza econômica reverbera na sociabilidade capitalista, alcançando também a esfera política. As instituições e os partidos políticos tradicionais sofrem um grande revés com a perda de credibilidade perante grande parte da população, especialmente devido ao seu processo de apassivamento ante o grande capital e devido à sua incapacidade de apresentar alternativas efetivas aos setores duramente afetados pelo aprofundamento da crise econômica.

Apesar da natureza polissêmica que possa ser adotada para caracterizar a “extrema direita” e sua clara contraposição à “esquerda”, não se pode deixar de mencionar que a “esquerda” se caracteriza pela oposição à direita<sup>2</sup>. Nem toda extrema direita pode ser qualificada como neofascista e neonazista, pois não é possível restaurar essas formas partidárias como foram no passado, uma vez que a história não se repete; e muito menos transportá-las automaticamente para realidades socioeconômicas completamente distintas.

Como salienta Paxton (2007), é praticamente impossível operar uma reedição do fascismo e do nazismo tal como transcorreram no passado italiano e alemão. Os movimentos neofascistas e neonazistas apresentam uma *performance* programática e táticas diferenciadas na atualidade, embora não consigam alterar o substrato essencial de seus preceitos estratégicos, coadunados à natureza destrutiva do sistema do capital.

A despeito das impossibilidades de reedição de sua anatomia simbólica e programática, as bases socioeconômicas fundamentais que gestaram o nazifascismo no passado continuam intactas. Daí a possibilidade de sua metamorfose se torna tanto possível quanto necessária nos tempos hodiernos de crise estrutural, pois o capital não pode deslocar suas contradições sem gerar novas contradições e colocar em risco o destino da humanidade (Mészáros, 2011), uma vez que a única saída temporária para a crise do sistema seria a guerra em grande escala, como aconteceu na primeira metade do século XX.

O mesmo pode ser afirmado em relação à esquerda: nem toda esquerda é radical e revolucionária. A esquerda radical transcende a esquerda reformista, porquanto recusa a linha da menor resistência ao capital e não aceita nenhuma espécie de rifamento da pauta relacionada à defesa dos direitos socioeconômicos dos trabalhadores. Atenta para a necessidade da implementação duma transformação radical das estruturas sociais assentadas na exploração do trabalho vivo pelo trabalho morto e não admite nenhuma forma de concessão ao capital. Já a esquerda reformista (social-democratas, trabalhistas, eurocomunistas, “terceira via” etc.) acaba subordinada aos imperativos do capital e procura apresentar-se como habilitada para administrar o Estado burguês mediante uma política de conciliação de classes.

Apesar das contradições, a esquerda reformista buscou se aproximar da centro-direita e forjar alianças que viabilizaram a ascendência da extrema direita na UE. O vácuo promovido pela aliança dos partidos tradicionais de esquerda com os partidos de direita, na perspectiva de implementar as medidas de austeridades, ensejou novos sujeitos sociais no cenário político, uma vez que se verificou uma crescente desilusão das massas trabalhadores com os partidos tradicionais (social-democracia na Alemanha, trabalhistas no Reino Unido, socialistas na França e na Itália).

A tentativa de administrar o capital, pela mediação da conquista parlamentarista do Estado burguês, acomodou as organizações de esquerda tradicionais e afastou-as gradualmente da classe trabalhadora. Isso sucedeu-se devido ao controle que o imperialismo norte-americano exerceu e continua a exercer sobre as economias europeias. Assim, os governos de esquerda na Itália, em 1999, sob a liderança dos Democratas de Esquerda (DS), antigo Partido Comunista Italiano, “autorizou a segunda intervenção militar da história italiana, após 1945: os bombardeios da Otan no Kosovo”

(Musto, 2016, p. 4). E, em 2003, o Partido Trabalhista inglês apoiou o imperialismo estadunidense na Guerra do Iraque, sob a falsa acusação da necessidade de destruição das armas químicas.

Os partidos de centro-direita da Europa, reunidos no Partido Popular Europeu (PPE), adotaram acriticamente as recomendações socioeconômicas impostas pela administração Obama, através do *American Recovery and Reinvestment Act* (2009). Isso pode ser constatado na grande coalizão alemã: o Partido Social Democrata Alemão apoiou incondicionalmente a chanceler Angela Merkel em suas políticas de austeridade. Situação análoga sucedeu na Grécia, mediante a aliança estabelecida entre o Movimento Socialista Pan-helênico (Pasok) e a Esquerda Democrática (Dimar), que ofereceu apoio ao primeiro-ministro do Partido Nova Democracia (ND), Antonis Samaras (Musto, 2016). O caso mais alarmante ocorreu recentemente na Hungria: as políticas de austeridade da Troika foram instituídas pelo Partido Socialista Húngaro e pavimentaram o caminho para Victor Orbán, da União Cívica Húngara.

A lentidão para responder aos problemas sociais decorrentes da aplicação das medidas de austeridade fiscal, monetária e industrial tem facilitado o itinerário para a extrema direita, cuja alternativa para contemplar os males sociais estaria no processo de acumulação decorrente da redistribuição de renda das espoliações dos deserdados da terra (imigrantes), ou seja, da objetivação da política pautada pelo racismo, pela xenofobia e pelo nacionalismo (protecionismo econômico). O inimigo público número um dos europeus (classe média) passa a ser os estrangeiros, considerados uma ameaça aos interesses dos nativos. Desse modo, os problemas socioeconômicos deixam de resultar da forma de ser do capital, para se consubstanciar de maneira simplificada na figura do imigrante estrangeiro. A saída simplista para a crise incide no euroceticismo, no irracionalismo e no nacionalismo mitigado, a se portar como um leão perante os pobres imigrantes e um cordeirinho perante o imperialismo norte-americano e o grande capital.

Na esteira das siglas partidárias “Reagrupamento Nacional” na França e “Irmãos da Itália”, emergiram organizações extremistas de direita como *Vlaams Blok* (VB) na Bélgica, *Freiheitliche Partei Österreichs* (FPÖ) na Áustria, o Partido da Liberdade na Suíça, *Dansk Folkeparti* na Dinamarca, o Partido Independência do Reino Unido, o *British National* (BNP) na Inglaterra, os Democratas Suecos (SD), o Vox na Espanha, o Partido da Liberdade na Holanda, a União Cívica Húngara, a Aurora Dourada (AD)<sup>3</sup> na Grécia e a Alternativa de Direita na Alemanha (AfD). Essas organizações tiveram paradoxalmente como anteparo a gravidade dos problemas sociais forjados pela adoção das políticas de austeridade impostas pelo grande capital. As políticas neoliberais intensificaram a insegurança social, o processo de desindustrialização e o desemprego estrutural.

#### 4 A RELAÇÃO DA LEGENDA PARTIDÁRIA “REAGRUPAMENTO NACIONAL” COM O NEOFASCISMO

Apesar de muitas agremiações de extrema direita, como o *Front National* (FN), recusarem a denominação de extrema direita e de nazifascismo, a referida organização emergiu no começo da década de 1970, expressando seu desprezo e sua oposição incondicional à ideologia de esquerda (comunistas e socialistas). Ele foi fundado pelos integrantes do movimento neofascista “Nova Ordem” (*Ordre Nouveau*), não somente como mecanismo legalista de participação no pleito eleitoral de 1973, mas como uma espécie de “terceira via” entre *Ordre Nouveau*<sup>4</sup> e *Occident*.

O *Front National* aglutinou em torno de si tendências e organizações distintas e de múltiplas vertentes, tais como o próprio grupo de Jean-Marie Le Pen, grupos pertencentes ao governo Vichy, opositores a De Gaulle, neofascistas, poujadistas, bem como “militantes que participaram da FEN, da JN e ativistas que não possuíam vínculo partidário, mas simpatizavam com a ideia de um partido de extrema direita” (Narcizo, 2019, p. 255). Sem desconsiderar a relevância de Jean-Marie Le Pen, não se poderia deixar de destacar o papel essencial desempenhado por François Duprat no processo de formação e consolidação da organização do *Front National*, pois contribuiu com as experiências e amizades acumuladas em sua passagem pelas múltiplas organizações neofascistas e neonazistas das décadas de 1960 e 1970.

A posição moderada de Jean-Marie Le Pen e François Duprat como articuladores de sua organização política em nada deve ser confundida com a abdicação dos preceitos nacionalistas, racistas e xenófobos. Ao configurar-se como partido dentro dos parâmetros legais estabelecidos pela “democracia” burguesa, esses neofascistas procuraram discursivamente distanciar-se dos métodos da extrema direita tradicional, perpassados pela intolerância e pela violência de suas ações. No entanto, isso não significou nenhuma capitulação da sua plataforma anticomunista e antissocialista.

Para Jean-Marie Le Pen, ser de direita representa “antes de tudo, se recusar a ser de esquerda” (Brandalise, 2005, p. 53). A referida organização de extrema direita participou do jogo democrático sob o discurso ideológico da necessidade de sua depuração. “Exalta o culto ao chefe, à ordem e à força; enaltece a vitalidade do corpo. Sustenta a formação de uma elite governativa e de um sindicato nacional despolitizado. Almeja o Estado forte, mas rejeita o estatismo em matéria econômica” (Brandalise, 2005, p. 55). A plasticidade de suas manifestações fenomênicas não pode ocultar o fato de que ela se constitui como contrarrevolucionária em sua essencialidade.

O fascismo é a contradição em essência. Ele se apresenta como revolucionário e conservador, como ação e reação, como radical e reacionário, como a encarnação da revolta no interior da ordem. No entendimento de Bernardo (2015, p. 13), “o fascismo foi uma revolta na ordem”. Para

José Primo de Rivera, Hitler apresentou-se às massas como “o revolucionário mais conservador do mundo” (*apud* Bernardo, 2015, p. 13). Para Guido Bortolotto (*apud* Bernardo, 2015, p. 13), “o fascismo é uma revolução conservadora”; para Enrico Coradini (2015, p. 13), o fascismo é “uma revolução que se efetua no interior da ordem estabelecida” (Bernardo, 2015, p. 13).

O paradoxo constitui-se como a essência do fascismo, como assegura Eduard Limonov (*apud* Bernardo, 2015, p. 15): “A nossa ideologia é paradoxal, combinando dentro de si o conservadorismo e a revolução”. Para combater o espectro da revolução socialista, o fascismo apresenta-se ao mesmo tempo como “revolucionário” e contrarrevolucionário. Ele é isso e aquilo ao mesmo tempo. Escreve Bernardo (2015, p. 23): “a revolta dentro da ordem foi a sombra da luta anticapitalista projetada no âmbito do capital, a nostalgia da auto-organização no interior dos limites da hetero-organização”. Para Georges Oltramare (*apud* Bernardo, 2015, 23): “se pode ser rebelde desde que não se ponha em causa o patrimônio sagrado, as verdades fundamentais”. As verdades fundamentais da propriedade privada, da família monogâmica burguesa e do sistema do capital como eterno e imutável.

A metamorfose do *Front National* dá-se no contexto do aprofundamento da crise econômica mundial (2008). O partido de Marine Le Pen tentou reciclar sua forma imagética e exorcizar seu passado de articulação com a tradição nazifascista estabelecida por Jean-Marie Le Pen; isso implicou a reconfiguração da forma como sua verdadeira face (autoritária, personalista, racista, xenófoba e antissemita) consegue ser acobertada. Essa vertente é claramente prefigurada em 2018, quando o *Front National* passou a denominar-se “Reagrupamento Nacional” (RN). Nesse processo, Le Pen recorre ao mito Joana d’Arc, como representação máxima do nacionalismo francês e encarnação da resistência francesa à presença estrangeira no país (Narcizo, 2019), especialmente contra o muçulmano, enquanto encarnação do terrorista jihadista. A intolerância racial e o xenofobismo antimuçulmano passam a sedimentar-se numa plataforma objetiva que tem como propósito assegurar a primazia da cultura e dos valores franceses ameaçados pela globalização.

Nas eleições de 2014, Le Pen tentou explorar o conflito de classes da sociedade na forma do conflito “entre os de cima e os de baixo”, apresentando-se de maneira populista como a verdadeira representação da massa social desprotegida e abandonada pela classe dirigente. Nesse processo, secundarizou o aspecto racial e concentrou-se nas questões socioeconômicas. Assim Marine Le Pen chegou ao segundo turno das eleições presidenciais em 2017, perdendo somente para o movimento de centro-direita “Em Marcha”, de Emmanuel Macron.

A forte oposição às políticas antissociais impostas pelo governo de Macron resultou no primeiro lugar nas eleições de 9 de junho de 2024, com 31,3% para o Reagrupamento Nacional, contra 14,6% do partido de Macron. E nas eleições do primeiro turno, em 30 de junho, quando o RN alcançou

33,2% dos votos válidos, enquanto a Nova Frente Popular (NFP), de Jean-Luc Mélenchon, obteve 28%, e o partido de Macron, “Juntos pela República”, conseguiu somente 20% dos votos (KIRBY, 2024).

Esse resultado levou o presidente Macron (antigo sócio do *Rothschild & Cie Banque* na França) a dissolver a Assembleia Nacional e antecipar as eleições previstas somente para 2027. Na nova eleição parlamentar, setores da esquerda (Nova Frente Popular) e centro-direita (Juntos pela República) buscaram uma articulação na perspectiva de barrar a possibilidade de nomeação de Jordan Bardella como primeiro-ministro, advindo das fileiras do Reagrupamento Nacional de Le Pen.

O pleito de 7 de julho representou uma reviravolta; os eleitores preferiram a Nova Frente Popular, de Jean-Luc Mélenchon e Raphaël Glucksmann (socialistas, comunistas, Verdes e *Place Publique*); com isso, a extrema direita amargou a terceira colocação, perdendo para a “Nova Frente Popular” e “Juntos pela República”. O RN conquistou somente 143 cadeiras numa Assembleia Nacional composta por 577 assentos, enquanto a aliança de esquerda (NFP) alcançou 182 cadeiras, e o partido de Macron, 168 (Kirby, 2024). Desse modo, obstaculizou-se momentaneamente o projeto da extrema direita francesa de obter a maioria no parlamento e nomear Jordan Bardella como primeiro-ministro francês. A vitória sobre a extrema direita foi obtida mediante a aliança da esquerda com a centro-direita, retirando candidaturas desidratadas e impossibilitadas de vitória no pleito.

As metamorfoses apresentadas pelo “Reagrupamento Nacional” de Le Pen na França, na perspectiva de afugentar o espectro do fascismo, não passam de mecanismos manipulatórios, pois a proposta de melhoria das condições de vida da população nativa seria assegurada pela expropriação dos imigrantes, que precisam ser expurgados do país. Assim, os recursos destinados pelo Estado aos “serviços prestados aos imigrantes, somados ao da redução da evasão fiscal, seriam usados para melhorar o bem-estar dos ‘verdadeiros franceses’” (Gennari, 2024, p. 2).

No entanto, as promessas de campanha não param por aí; elas se estendem a uma lista de concessões e protecionismos aos pequenos e médios empresários e produtores rurais, à redução da tributação dos combustíveis e dos serviços sociais, à revisão da reforma previdenciária etc. Sua capacidade de convencimento com uma pauta social direcionada à classe média e aos setores populares assegurou uma ampliação de 62,5% em relação às cadeiras ocupadas anteriormente no parlamento (Gennari, 2024).

Não se pode esquecer que o fascismo procurou sempre defender a burguesia endógena no confronto com a burguesia de outras nacionalidades, concentrando sua atenção hipocritamente nos setores empresariais intermediários, devastados pela ascendência do capital financeiro. A desoneração das pequenas empresas bem como a constituição de um sistema tributário menos regressivo são devaneios eleitorais num contexto histórico pautado pela mundialização das finanças e pelo controle

absoluto do capital sobre a sociabilidade burguesa. Assim, na impossibilidade de contrapor-se ao capital e às distintas “personificações do capital”, o Partido “Reagrupamento Nacional” é condenado a criticar simplesmente a “Zona do Euro” e propor o velho pacto social entre capital e trabalho. Verifica-se a inócua tentativa de harmonização de interesses essencialmente antagônicos mediante o controle das organizações operárias.

Na tentativa de mitigar e obliterar seu legado neofascista, o partido de Le Pen se inscreve na linha tênue da ambiguidade e da contradição, como forma de assegurar sua participação no jogo da democracia burguesa e capturar a subjetividade dos setores populares penalizados pelas políticas de austeridade. Isso não passa de um subterfúgio para encobrir sua profunda articulação com o grande capital, claramente expressa por Marine Le Pen (*apud* Tarrit, 2015, p. 69): “Nós não colocamos em questão a economia de mercado, nem os benefícios da concorrência se ela é legal”.

Quando se observam as fontes de financiamento da campanha de Le Pen, nota-se que, além do sequestro de recursos públicos<sup>5</sup>, predominam as doações de empresários bilionários, como a do oitavo homem mais rico da França, Vincent Bolloré, proprietário do Grupo Vivendi e de vários canais televisivos, jornais e plataformas digitais (CNews, *The Conversation France*, *Journal du Dimanche*, C8 etc.); e ainda, pelo empresário Pierre-Edouard Stérin, fundador do Grupo Smartbox, do Fundo de Investimentos Otium Capital.

Dada a colaboração de múltiplos empresários, o partido de Marine Le Pen arrecadou doações empresariais de aproximadamente 25 milhões de reais para o pleito de 2024 (RFI, 2024). Já na campanha presidencial de 2022, obteve mais de 11 milhões de euros de financiamento empresarial. No entanto, isso é somente a ponta do *iceberg* de um processo de financiamento da extrema direita mundial que envolve empresários como Elon Musk, Mark Zuckerberg, Charles e David Koch etc.

É preciso destacar a insuficiência da aliança entre esquerdistas e centristas estabelecida na França para interceptar a ascendência da extrema direita francesa. Muito mais do que uma aliança circunstancial, é essencial reconfigurar a forma como a esquerda tem se comportado no processo de aplicação das políticas antissociais que servem aos banqueiros. Uma aliança da esquerda com a centro-direita que não se contraponha radicalmente às políticas de austeridade do governo Macron representa tão somente a preparação do itinerário para que Le Pen ganhe as próximas eleições presidenciais.

Isso indica que não é apoiando as políticas liberalizantes de Macron que se vai interceptar o avanço da extrema direita, mas adotando uma contraposição radical ao referido projeto neoliberal e ao oportunismo filisteu da extrema direita. Tão só pela mediação de um programa essencialmente anticapitalista e anti-imperialista será possível forjar uma verdadeira alternativa para a classe trabalhadora francesa, europeia e internacional.

## 5 IRMÃOS DE ITÁLIA (*FRATELLI D'ITALIA*) E O PSEUDOCOMBATE À POLÍTICA DE AUSTERIDADE

A trajetória do Partido “Irmãos da Itália” está relacionada à história do MSI (Movimento Social Italiano), que sob a regência de Gianfranco Fini obteve, nas eleições de 1993, aproximadamente 16% dos votos nacionais. “Nas cidades de Roma e Nápoles, Fini e Alessandra Mussolini (neta do Duce) obtêm respectivamente 46,9% e 44,3% da votação” (Brandalise, 2005, p. 67). Fini foi o arquiteto da transformação do MSI em “Aliança Nacional” (AN).

A alteração da nomenclatura partidária tinha como propósito alterar sua imagem de aproximação com o antigo fascismo. Para isso foi necessário operar a exclusão dos antigos quadros partidários diretamente relacionados ao ideário fascista. Fini caracterizava sua sigla partidária nos seguintes termos: “Nós não somos fascistas, nem antifascistas, nem neofascistas, mas pós-fascistas” (Brandalise, 2005 p. 67). Entre 1996 e 2004, o partido continuou abaixo dos 15,7% dos votos obtidos nas eleições parlamentares (Brandalise, 2005 p. 67).

Em 2008, a “Aliança Nacional” se uniu ao partido “Povo da Liberdade”, de Berlusconi, rompendo posteriormente com ele ao metamorfosear-se em “Irmãos da Itália”, em 2013, para estabelecer uma coalizão com a “Liga Norte”, em 2015, que lhe assegurou cadeiras importantes no Parlamento Europeu (Musto, 2016), superando o partido “Força Itália” (*Forza Italia*). Finalmente, elegeu Giorgia Meloni como primeira-ministra da Itália, em 2022.

A vitória eleitoral dos “Irmãos da Itália” foi precedida pelo Movimento Cinco Estrelas (M5S), que na impossibilidade de formar uma coalizão com seus rivais *Forza Italia* e “Partido Democrático”, acabou por se coligar ao partido de extrema direita “Lega”. Esse itinerário foi garantido pela oposição sistemática exercida contra os governos de Giuseppe Conte (M5S) e do banqueiro Mário Draghi; este último renunciou devido à elevação dos juros e aos custos da dívida pública, bem como pela intensificação dos problemas sociais italianos. O antigo presidente do Banco Central Europeu, Mário Draghi (2011-2019), tão só intensificou o processo de obediência à Troika e ao imperialismo norte-americano. Após sete décadas, a Itália retornou às mãos das forças neofascistas com Giorgia Meloni.

É impossível entender o processo de ascensão da extrema direita ao poder na Itália sem considerar a crise que acometeu a economia italiana na segunda década do século XXI. Os efeitos imediatamente positivos da inserção da Itália na nova mundialização do capital, mediante o processo de unificação da Europa (Tratado de Maastricht), converteram-se em efeitos adversos, especialmente para as inúmeras empresas de pequeno e médio porte. As diferenças regionais, ao invés de serem atenuadas, acabaram se aprofundando, uma vez que a posição de superioridade do

eixo alemão-francês predominou sobre a economia italiana e outras economias menores. Estas foram reduzidas à posição de exportadores de *commodities* (matéria-prima, alimentos e produtos com menor valor agregado), enquanto a Alemanha ampliou sua capacidade de importação de produtos manufaturados.

Nesse processo, as pequenas e médias empresas italianas experimentaram processos de concordatas e falências sistemáticas. Dessa forma, a promessa de equalização dos lucros e superação das diferenças regionais entre indústrias e praças financeiras, por meio da integração à União Europeia, revelou-se um enorme fiasco, pois serviu tão somente para beneficiar as grandes corporações empresariais e financeiras do mercado exógeno. Doravante, aprofundou-se o fosso entre regiões desenvolvidas da Alemanha e as regiões atrasadas industrialmente da terceira maior economia da Zona do Euro; a exportação de produtos com menores valores agregados representou um déficit progressivo em sua balança comercial.

As contradições da integração à União Europeia e à Zona do Euro aprofundaram-se ainda mais à proporção que sua inserção aos mercados integrados da Europa abriu caminho para a ciranda financeira e os processos especulativos. A apropriação dos ativos e derivativos atraentes dos mercados norte-americanos traduziu-se em recessão para a economia italiana. A expectativa de abertura para o capital estrangeiro revelou-se deletéria aos interesses de sua pequena burguesia.

Enquanto os Estados Unidos encontraram mecanismos para driblar sua crise descarregando parte dela nas costas dos trabalhadores, mediante pacotes de resgate para os “grandes demais para falir” – tornando possível a oferta de liquidez para quem possuía títulos e credibilidade dos mercados –, a Europa teve de apresentar uma resposta semelhante que impactou de múltiplas maneiras as economias subordinadas às políticas restritivas do Banco Central Europeu e seus consórcios (Troika).

A Itália, uma das primeiras economias a aderir às políticas reformistas do Tratado de Maastricht e do euro, foi enquadrada na lista da perda de confiabilidade dos mercados por não conter seus gastos na esfera social. A alternativa para minimizar sua crise crescente foi recorrer à política de empréstimos dos bancos europeus com o compromisso de aprofundar o processo de desmonte do Estado de bem-estar social e levar às últimas consequências as políticas de privatização de suas empresas estatais. Isso implicou o aprofundamento da onda recessiva, do desemprego e do rebaixamento do valor de compra dos salários.

Esse cenário nada confortável vai se deteriorar ainda mais com a pandemia do Sars-Covid-19 e com o conflito russo-ucraniano (2022). As sanções impostas pela União Europeia à Rússia resultaram numa elevação do custo da energia e do gás natural liquefeito (GLN) advindo dos Estados Unidos. A Itália passou a depender do gás natural liquefeito (GNL) norte-americano – que fornece 50%

das importações de GNL consumido pela UE (RIZVI, 2024) –, isso porque a economia italiana configurava-se como a mais dependente do gás natural e do petróleo russo.

As sanções contra a Rússia pela UE não foram seguidas de medidas para mitigar os efeitos sociais deletérios da crise de matriz energética. As tentativas de atenuação de seus reflexos negativos para os empresários e consumidores em geral ficaram sob a responsabilidade dos governos locais. A Alemanha ofereceu subsídios para os consumidores de energia no valor aproximado de 300 bilhões de euros a partir do inverno de 2022. Já a Itália concedeu subsídios de somente 8 bilhões de euros (SOUZA, 2024). A falta de incentivo e subsídios do Estado, endividado e falido, levou à diminuição da capacidade competitiva da indústria italiana e, conseqüentemente, ao fechamento de empresas e ao crescimento exponencial das taxas de desemprego.

Este contexto de aprofundamento da crise econômica serviu como estopim para a ascensão da extrema direita, com críticas tanto à inserção da Itália na União Europeia e na Zona do Euro quanto à entrada de imigrantes no país. As políticas de austeridade impostas pela Troika e a recessão econômica foram motivos para o pânico generalizado da classe média italiana em relação à presença de estrangeiros em seu território e à necessidade de suprimir os programas sociais direcionados aos mais pobres. Essas condições objetivas e materiais levaram à revisão dos critérios que admitiam a entrada de imigrantes em sua etapa de crescimento econômico na década de 1990.

Agora os tempos são outros e colocam como premente a necessidade de reconstituir uma política anti-imigração. Para isso, novos investimentos financeiros foram realizados pelo aparato estatal no complexo militar e nas polícias de fronteiras, tanto internamente quanto na esfera da União Europeia (Frontex, Europol, *hotspot*, operações Triton e Poseidon etc.), visando mandar de volta parte substancial dos imigrantes e refugiados das guerras da Líbia, Síria, Palestina etc.

A extrema direita “Irmãos da Itália” e seu parceiro de coalizão Lega têm adotado políticas de anti-imigração e contrárias às concessões aos mais pobres, silenciando completamente acerca dos verdadeiros valores econômicos que matizam sua pauta de costumes e seu discurso racial, misógeno e autoritário. A plataforma política dos “Irmãos da Itália”, de Giorgia Meloni, consiste na completa falta de solidariedade com os refugiados e imigrantes que adentram a União Europeia pelo Mediterrâneo.

A atual primeira-ministra italiana continua a passar uma imagem anti-*establishment*, o que pode ser observado quando taxou em “40% os lucros bancários que excedessem em 10% os ganhos consolidados no balanço do ano anterior” (Gennari, 2024, p. 5). O decreto não possui nenhuma eficácia e foi derrubado pelos representantes do grande capital financeiro. No entanto, o exercício do poder pelos neofascistas na Itália demonstra que eles não são avessos à guerra e ao investimento no complexo industrial-militar; pelo contrário, aumentaram os gastos com o referido complexo, passando

de 1,31 bilhão para 1,49 bilhão entre 2023 e 2024, e têm apresentado o serviço militar como uma alternativa de emprego para o jovem secundarista e universitário (Gennari, 2024).

A expressão mais contundente da falácia propagandista de defesa da pauta social se apresenta nos cortes aplicados ao Programa “Renda Cidadã”: a população lançada na extrema pobreza deixou de receber o auxílio de 700 euros mensais (Souza, 2024). Essa medida conta com o respaldo da classe média, que rejeita totalmente os programas de compensação de renda, pois estes não colaboram no rebaixamento do valor dos salários e na elevação do contingente que forja o exército industrial de reserva.

Por fim, para os setores intermediários da sociedade não parece preocupante que o partido de Meloni represente os interesses do grande capital e da grande burguesia italiana nas formas mais rudimentares de exploração da força de trabalho. E muito menos que o nazifascismo se constituiu como a saída mais selvagem para o capital financeiro (imperialismo) dirimir sua crise de expansão e acumulação mediante a recorrência ao complexo industrial-militar. É nesse contexto que se torna imperativa a necessidade de fortalecimento das organizações de esquerda, na perspectiva de apresentar uma efetiva alternativa (anticapitalista e anti-imperialista) classista para a crise estrutural do sistema do capital.

## 6 CONCLUSÃO

O crescimento significativo das organizações de extrema direita nas principais economias da Zona do Euro desvela a capacidade que cada uma delas possui de reciclar as tradições contrarrevolucionárias mediante a reconfiguração de suas bases programáticas. Seu vetor essencial é apresentar-se miticamente como se achasse em contraposição ao ordenamento social estabelecido. Isso indica que a mera qualificação desses movimentos como neofascistas e neonazistas é ideologicamente insuficiente para interceptar seu processo de ascendência num contexto de crise sistêmica do capital. Essas organizações tentam contraditoriamente ressignificar seu legado contrarrevolucionário na perspectiva de assegurar o *establishment* que interessa ao grande capital.

No decorrer deste texto foi possível observar como as forças de extrema direita nas primeiras décadas do século XXI reciclaram seu envoltório fenomênico, resguardando os preceitos essenciais que matizaram sua sombria emergência na segunda década do século XX. Infelizmente, o espectro do novo nazifascismo ronda a Europa, e não o “espectro do comunismo”. Não é à toa que ele conta com o financiamento de grandes representantes do capital como Vincent Bolloré, Pierre-Edouard Stérin, Elon Musk, Mark Zuckerberg, Charles e David Koch etc.

O cenário de crise estrutural do capital, em que o neofascismo espreita à porta, impõe a necessidade de que partidos de esquerda reafirmem suas convicções anticapitalistas e anti-imperialistas, pois, se continuarem na linha da menor resistência ao capital e na colaboração com governos que aplicam as políticas de austeridade, o cenário se deteriorará ainda mais. Sem uma clara apresentação da alternativa socialista, multiplicar-se-á a posição acomodatória de que é mais fácil aceitar o fim do mundo do que a possibilidade de desmantelar o sistema do capital e sua forma de sociabilidade –engendrada na exploração e na espoliação do trabalho vivo, bem como na destruição da natureza. Desse modo, inviabiliza-se a potencialidade revolucionária de que é mais fácil destruir o sistema capital do que operacionalizar qualquer espécie de reforma de sua natureza – ontologicamente fundada na acumulação de mais-valor.

## REFERÊNCIAS

ALVAREZ, Isabel. **Campanha de Le Pen é investigada por financiamento ilegal**. Julho de 2024. Disponível em: <https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/mundo/2024/07/campanha-de-le-pen-e-investigada-por-financiamento-ilegal.html>. Acesso em: 12 jul. 2024.

BBC. **Crise financeira**: um colapso que ameaçou o capitalismo. Outubro de 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-55966588>. Acesso em: 10 jul. 2024.

BERNARDO, João. **Labirintos do fascismo**: na encruzilhada. São Paulo: Afrontamento, 2015.

BORGES, F. T. **Mito da austeridade e a troika à brasileira**. Disponível em: <https://outraspalavras.net/alemdamercadoria/mito-criminoso-deficit-publico-partido-da-troika/>. Acesso em: 28 jun. 2024.

BRANDALISE, Carla. *Europes des Patries*: histórico da extrema direita europeia. **Revista Cena Int.** 7, 2005. Disponível em: <https://biblat.unam.mx/hevila/CENAInternacional/2005/vol7/no1/3.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2024.

DW – DEUTSCHE WELLE. **Resultado na França**: alívio e preocupação na Europa. Julho de 2024. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/resultado-na-fran%C3%A7a-%C3%A9-visto-com-al%C3%ADvio-e-preocupa%C3%A7%C3%A3o-por-l%C3%ADderes-europeus/a-69598687>. Acesso em: 11 jul. 2024.

FERRARI, Sergio. **Europa rende-se à extrema direita**. Junho de 2024. Disponível em: <https://outraspalavras.net/direita-assanhada/europa-rende-se-a-extrema-direita/>. Acesso em: 10 jul. 2024.

FORTUNA, G – LIBOREIRO, J. – SANCHEZ, A. **A esquerda disse ao Movimento Cinco Estrelas de Itália que existem “condições políticas claras” para que o partido possa aderir ao grupo**. Julho de 2024. Disponível em: <https://pt.euronews.com/my-europe/2024/07/03/movimento-cinco-estrelas-de-italia-quer-juntar-se-a-esquerda-no-parlamento-europeu>. Acesso em: 11 jul. 2024.

GENNARI, Emílio. **A longa marcha da ultradireita europeia**. Notas de Conjuntura. 9 de julho de 2024.

KIRBY, Paul. **Por que França vive impasse político após esquerda vencer eleição**. Julho de 2024. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c9e9pe3x0mdo>. Acesso em: 11 jul. 2024.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição/István Mészáros; tradução Paulo Cezar Castanheira e Sérgio Lessa. 1. ed. Revista. São Paulo: Boitempo, 2011.

MUSTO, Marcelo. A Europa em tempo de crise. **Crítica Marxista**, n. 43, 2016. Disponível em: <https://marcellomusto.org/wp-content/uploads/2016/01/A-Europa-em-tempo-de-crise.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2024.

NARCIZO, M. Coimbra. **A extrema direita francesa em reconstrução**: Marine Le Pen e a desdemonização do Front National [2011-2017]. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Uberlândia (PPGHI), 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/27286/1/ExtremaDireitaFrancesa.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2024.

PAXTON, R. O. **A anatomia do fascismo**. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

PODER360. **França investiga financiamento da campanha de Le Pen em 2022**. Julho de 2024. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/internacional/franca-investiga-financiamento-da-campanha-de-le-pen-em-2022>. Acesso em: 12 jul. 2024.

RIZVI, Osama. **O que 2024 tem reservado para o gás natural liquefeito e para a Europa**. Janeiro de 2024. Disponível em: <https://pt.euronews.com/business/2024/01/29/o-que-2024-tem-reservado-para-o-gas-natural-liquefeito-e-para-a-europa>. Acesso em: 20 maio 2024.

RFI. **Saiba quem são os empresários franceses por trás do avanço do partido de Marine Le Pen**. Julho de 2024. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/mundo/saiba-quem-sao-os-empresarios-franceses-por-tras-do-avanco-do-partido-de-marine-le-pen/>. Acesso em: 12 jul. 2024.

SILVA, A. Brito *et. al.* A extrema direita na atualidade. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 119, p. 407-445, jul./set. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/nTk6JtjrXGqcpGVcr8Rj4Wx/?format=pdf>. Acesso em: 12 jul. 2024.

SOUZA, G. M. Caetano de. **A inserção da Itália no Bloco Europeu**: a resposta contida nos discursos de Giorgia Meloni. TCC. Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas. UFRGS, 2024.

SOUZA, Maria Eduarda Gomes de. **#TenhaCoragemAlemanha**: Uma análise dos discursos do partido de direita radical AfD no Twitter. Trabalho de Conclusão de Curso. Curso de Comunicação Social. Universidade de Brasília, 2020.

TARRIT, Fabien. Sobre a orientação econômica do partido da Frente nacional (*Front National*). **Revista Ciência & Luta de Classes Digital**. Ano I, vol. 2. N. 2, Julho de 2015. Disponível em: <https://revistaclc.ceppes.org.br/online/article/view/57/31>. Acesso em: 12 jul. 2024.

## Notas

<sup>1</sup> O termo “Troika” provém do russo e quer dizer “trio” ou “grupo de três”. A palavra caracterizou os três principais agentes das imposições aos países da periferia da Zona do Euro, a saber, o Banco Central Europeu, o Fundo Monetário Internacional e a Comissão Europeia. (Cf. BORGES, 2024).

<sup>2</sup> Segundo J. C. Petitfils, “historicamente, a extrema direita aparece em 1789, ao tempo que a divisão direita-esquerda. Ela é então constituída de todos que, rejeitando em bloco a Revolução, desejam um retorno praticamente completo ao Antigo Regime” (*apud* BRANDALISE, 2005, p. 54).

<sup>3</sup> O Partido Aurora Dourada “surge na década de 1980, com a queda dos partidos tradicionais, sobretudo do Partido Socialista. É um partido nazista e militar que comete assassinatos. Identifica como seus inimigos principalmente os comunistas, além dos imigrantes”. (Silva *et al.*, 2014, p. 435).

<sup>4</sup> Esta organização se coloca nos marcos de uma agremiação fascista tradicional, composta por partidários do marechal Pétain, antigos carrascos e torturadores da guerra da Argélia, e defende abertamente os métodos de violência contra socialistas e comunistas.

<sup>5</sup> O Tribunal de Justiça francesa condenou o “partido RN por superfaturamento de materiais de campanha usados pelos candidatos da Frente Nacional nas eleições legislativas de 2012, que foram posteriormente reembolsados pelo Estado”. (Alvarez, 2024, p. 2).